Parte IV - Desenvolvimento e meio ambiente
**Capítulo 4 - Práticas de sustentabilidade ambiental em
uma cooperativa de crédito: o caso do SICREDI União
RS, agência de Santo Ângelo**

Pedro Luís Bütttenbender
Ariosto Sparemberger
Ademir da Silva Dutra
Dionatan Perdonsini

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BÜTTENBENDER, P.L., SPAREMBERGER, A., DUTRA, A.S., and PERDONSINI, D. Práticas de sustentabilidade ambiental em uma cooperativa de crédito: o caso do SICREDI União RS, agência de Santo Ângelo. In: ROTTA, E., LAGO, I.C., JUSTEN, A.F., and SANTOS, M., eds. *Conhecimento em rede: desenvolvimento, cooperação e integração regional em território de fronteira – Rede CIDIR: 10 anos* [online]. Chapecó, SC: Editora UFFS, 2019, pp. 223-240. ISBN: 978-65-5019-011-8. <https://doi.org/10.7476/9786586545432.0014>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO: O CASO DO SICREDI UNIÃO RS, AGÊNCIA DE SANTO ÂNGELO

Pedro Luís Büttgenbender¹

Ariosto Sparemberger²

Ademir da Silva Dutra³

Dionatan Perdoncini⁴

- 1 Professor na UNIJUI. Doutor em Administração. Mestre em Gestão Empresarial. Especialista em Cooperativismo e Administração Estratégica. Administrador e Tecnólogo. Contato: pedrolb@unijui.edu.br
- 2 Professor na UNIJUI. Doutor em Administração. Mestre e Especialista em Administração. Administrador e Tecnólogo. Contato: ariosto@unijui.edu.br
- 3 Administrador. Pós-Graduado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Cooperativas. UNIJUI. Sicredi União RS. Contato: ademir_dutra@sicredi.com.br
- 4 Universitário e Bolsista de Iniciação Científica – BIC/UNIJUI; Acadêmico do Curso de Administração na UNIJUI. Contato: dionatanperdoncini@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O sistema cooperativista é considerado um importante instrumento para a dinamização da economia dos países, estados e municípios, sustentado na economia social, com interação com os demais agentes de mercado e a distribuição de resultados junto a seus associados.

A responsabilidade é exercida pelo sistema cooperativista desde a sua origem, através da aplicação dos princípios e valores do cooperativismo nos quais as preocupações com as dimensões econômica, social e ambiental são orientadas para a manutenção do bom funcionamento da rede de relacionamentos dos agentes envolvidos. O Sistema de Cooperativas de Crédito (Sicredi) é uma instituição financeira cooperativa que valoriza a vocação econômica das regiões, cria oportunidades de negócios e promove o desenvolvimento dos seus associados. Um sistema de cooperativas de crédito direcionado para o crescimento sustentável e cada vez mais próximo das pessoas e comunidades, as quais constituem sua razão de ser.

A sociedade dá sinais de que o modelo empresarial que só objetiva a maximização de riqueza através do lucro deve ceder espaço para um modelo que compreenda os interesses dos diversos públicos que se relacionam com a empresa, com a amplitude adicional de preservação do meio ambiente, da redução de poluentes e de investimentos que aliviem os desgastes naturais que ocorreram no passado, rompendo a estrutura anterior para a liberação de um novo projeto ético político, conhecido como responsabilidade social. Portanto, a adoção de práticas sustentáveis na exploração de atividades empresariais, refletidas na preocupação com a preservação ambiental e no oferecimento de retorno social, passou a ser assunto de extrema importância para o destaque e posicionamento mercadológico das empresas.

A sustentabilidade das organizações cooperativas e do próprio sistema ambiental, de acordo com Louette (2007), tornou-se uma fórmula para expressar a necessidade de manter o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental. As práticas voltadas para a sustentabilidade ambiental se integram às organizações e aos cidadãos como necessários para a racionalização dos custos e impactos nocivos para o meio ambiente e a garantia da vida futura no planeta. Estudos que exploram a temática e as experiências voltadas

a essas prioridades se fazem necessários e oportunos, para contribuir com seu aprimoramento e com a difusão positiva junto às demais organizações, cooperativas ou não.

O objetivo deste capítulo é apresentar o estudo a respeito da política de sustentabilidade no Sicredi União RS, com mapeamento das práticas de sustentabilidade desenvolvidas na Unidades de Atendimento de Santo Ângelo, o que contribui com a difusão dessas práticas no Sicredi e na própria sociedade.

Há vários esforços e propostas das organizações voltadas à sustentabilidade, o que também ocorre no Sicredi. Reconhecem-se diferentes estudos realizados sobre sustentabilidade em instituições financeiras e em cooperativas. Frente à realidade vivenciada pelo Sicredi União RS, em especial pela Agência de Santo Ângelo, urge um projeto com propostas e ações para serem desenvolvidas sobre sustentabilidade na Agência de Santo Ângelo. Este estudo, além de ampliar o conhecimento acadêmico, estará contribuindo com a motivação coletiva para o tema da sustentabilidade, bem como contribuirá para ampliar as ações e os resultados do Sicredi voltados para esse tema.

Em termos de procedimentos metodológicos, o estudo se caracteriza como estudo de caso, de natureza exploratória, quali-quantitativa, tendo elementos de pesquisa participante e de observação direta. A coleta de dados referencia-se em dados primários e secundários, considerando-se a verificação e o mapeamento empírico das práticas e a consulta a documentos, registros e relatórios do Sicredi e outros registros bibliográficos. A sistematização observou o conjunto de dados e as ponderações conceituais, resultando na descrição e análise dos dados.

O estudo está estruturado na seção um deste capítulo com os fundamentos conceituais, considerando gestão de cooperativas de crédito, sustentabilidade ambiental, gestão e sustentabilidade ambiental em cooperativas de crédito. Na seção dois, são detalhados os procedimentos metodológicos, contemplando tipologia da pesquisa, coleta de dados, sistematização e análise dos dados. Na seção três, constam a apresentação dos resultados do estudo, acompanhadas das proposições e considerações finais.

FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

Os fundamentos conceituais e antecedentes na literatura estão subdivididos em três subseções: gestão de cooperativas de crédito; sustentabilidade ambiental; gestão e sustentabilidade ambiental em cooperativas de crédito.

Gestão de cooperativas de crédito

As cooperativas de crédito são sociedades de pessoas (PAGNUSSAT, 2004), constituídas com o objetivo de prestar serviços financeiros aos seus associados, na forma de ajuda mútua, baseada em valores como igualdade, equidade, solidariedade, democracia e responsabilidade social. Além da prestação de serviços comuns, visam diminuir desigualdades sociais, facilitar o acesso aos serviços financeiros, difundir o espírito da cooperação e estimular a união de todos em prol do bem-estar comum.

A relevância da qualificada gestão de uma cooperativa de crédito é expressa por Wilhelm e Schneider (2013), registrando o crescimento econômico e social para Sicredi União RS: a) foco no resultado: o objetivo é atingir as metas, agindo com profissionalismo, transformando o associado em dono, valorizando o associado como parceiro na obtenção do resultado, evitando o assistencialismo e o paternalismo; b) fidelidade e transparência: ser fiel aos princípios da cooperativa nas relações, manter a palavra, cumprir o acertado e ser transparente, o que aumenta a confiança recíproca; c) postura positiva: valorizar os acertos, incentivar o esforço e a iniciativa; d) desafios: não ser paternalista, assistencialista ou esperar passivamente as coisas de graça, ou atribuir demasiada responsabilidade e iniciativa ao poder público.

Büttenbender (2011) afirma que o cooperativismo, ao longo da sua história, tem demonstrado as suas impactantes e positivas contribuições para as sociedades, tanto as consideradas desenvolvidas, em desenvolvimento, quanto as subdesenvolvidas. Nessa trajetória, o cooperativismo propagou raízes e contribuições positivas em todas as dimensões do planeta. Tais contribuições serviram, em alguns momentos, para manter o domínio sobre determinados grupos sociais e, em outros, para promover o verdadeiro direito de cidadania, gerando melhores condições de vida aos que com ela convivem e dela participam.

O cooperativismo de crédito brasileiro, em particular, passa por um momento singular. Os últimos normativos editados conferem-lhe a mais ampla possibilidade estrutural e operacional e remetem às cooperativas centrais a responsabilidade pela qualificação e supervisão. Pagnussat (2004) indica que os associados identificam o diferencial de obter os serviços financeiros de instituição em que eles são os próprios gestores e participam dos resultados. Essas condições desenvolveram na sociedade a esperança de que o fortalecimento do cooperativismo assegurará a melhoria das condições gerais dos serviços financeiros e, em especial, o acesso ao crédito como instrumento propulsor do desenvolvimento.

Para Schardong (2002), a cooperativa de crédito tem como objetivo primordial captar recursos financeiros de modo a financiar as atividades econômicas dos cooperados, a administração das suas poupanças e a prestação dos serviços de natureza bancária por eles demandada. Dessa forma, as cooperativas de crédito apresentam as mesmas modalidades econômica-financeiras de uma instituição tradicional, porém com diferenciais competitivos voltados para o associado. O autor ressalta também que as cooperativas de crédito são sociedades de pessoas, com forma e natureza próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados.

Büttenbender (2011) argumenta que as cooperativas se diferenciam das empresas tradicionais por buscarem satisfazer as necessidades de seus associados, sendo que as pessoas que optam pelo cooperativismo o fazem pela solidariedade, transparência, democracia, equidade e promoção da justiça social. Segundo ele, essa organização amplia a capacidade de as pessoas enfrentarem os desafios da vida. A cooperação contribui para o desenvolvimento das competências individuais e organizacionais, sustentando a perenidade das firmas e a perpetuação do trabalho e dos negócios. O foco concentra-se em fortalecer as pessoas e as organizações para ampliar seus aportes na direção do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida. Nessa dimensão, observa ainda o autor, as cooperativas estão repensando suas estratégias e incorporando novas competências para atuar no ambiente de competitividade crescente, voltando-se para as capacidades internas e externas das organizações. A intercooperação é um princípio decisivo para o fortalecimento das cooperativas e de todo sistema cooperativo. As novas práticas estão gerando estratégias, arquiteturas e alianças inovadoras, com integração vertical e horizontal, alinhando objetivos

e negócios, formatando redes de cooperação e gerando resultados inatingíveis, caso individualmente as operassem.

A gestão de uma cooperativa de crédito deve ser baseada em princípios e valores, tendo como grande meta contribuir para tornar a sociedade melhor. Sua vocação é colaborar para o crescimento humano. Seu sonho é gerar qualidade de vida a todas as pessoas que ela atinge direta ou indiretamente.

Sustentabilidade ambiental

Sustentabilidade é definida como a capacidade de o ser humano interagir com o mundo, preservando o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras. O conceito de sustentabilidade organizacional surge da conceituação do Triple Bottom Line ou Tripé da Sustentabilidade, definido por Elkington (1998), apresentando as esferas econômica, social e ambiental. Sachs (1993) é outro autor que destaca as temáticas da sustentabilidade social, da sustentabilidade econômica e da sustentabilidade ecológica/ambiental.

O’Riordan e Voisey (1998) afirmaram que a transição para a sustentabilidade é um processo permanente, uma vez que a “sustentabilidade pura” nunca será, de fato, alcançada. Os autores identificam vários estágios da sustentabilidade, variando em uma escala que vai de sustentabilidade muito fraca, implicando pequenas mudanças e práticas ambientais, até sustentabilidade muito forte, mais inclusiva, autossustentada e preocupada em envolver as pessoas afetadas pelos processos produtivos nas decisões. Por isso, o economista Welford (1997) destaca que a sustentabilidade está mais relacionada a processos do que a resultados tangíveis. Os elementos-chave da sustentabilidade são a equidade (estímulo à participação dos interessados, proporcionando-lhes poder de decisão), a futuridade (precaução e uso consciente dos recursos), a preservação da biodiversidade, o respeito aos direitos humanos e a incorporação do conceito de ciclo de vida e responsabilidade sobre os produtos.

De acordo com Serageldin (1993), os esforços no sentido de identificar as implicações operacionais da sustentabilidade só atingirão seus objetivos com a integração dos pontos de vista econômico, ecológico e social. Isso porque as atividades comerciais e econômicas estão inseridas em sistemas ecológicos e sociais mais amplos e deles dependem fundamentalmente, ressaltando que se

um aspecto for comprometido, a estabilidade dos outros elementos inter-relacionados estará ameaçada.

Na dimensão econômica e de negócios, Marinho (2001) destaca que as empresas consumidoras intensivas de recursos naturais, energia ou água e aquelas atividades que implicam altos riscos para as populações ou geram grandes impactos ambientais ou sociais (ex. usinas nucleares, indústria de cigarro), sem uma profunda transformação na sua forma de produzir ou das características dos seus produtos, teriam maiores dificuldades de se enquadrar no conceito de sustentabilidade. É possível perceber, nessas definições de desenvolvimento sustentável, a esperança de aliar estas três perspectivas: desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Entretanto, nem sempre os projetos possuem essas três esferas bem equilibradas.

Convergentes, Casarotto Filho e Pires (2001) dizem que as estratégias compreendidas de forma global são fundamentais para iniciativa e definição das propriedades que garantam: sustentabilidade; visão e capacidade de análise e identificação das propriedades imediatas e futuras; descentralização e participação social. Ainda ressaltam que a institucionalização do desenvolvimento sustentável é capaz de evitar a vulnerabilidade local e os desequilíbrios que poderiam gerar tensões e rupturas futuras.

Uma abordagem mais ampla sobre o tema da sustentabilidade, recentemente externada em tese de doutoramento, é realizada por Büttenbender (2014), quando formula e sustenta um constructo que inicia com o conjunto de três interfaces triangulares. A primeira, reconhecendo Elkington (1998), com a primeira abordagem triangular das esferas econômica, social e ambiental. A segunda, quando o autor reconhece a importância da abordagem inovadora de Julien (2010), definindo a base triangular da inovação, da tecnologia e do empreendedorismo. A terceira dimensão triangular aporta as contribuições do Triângulo de Sábato, também conhecida como tríplice hélice, proposta por Etzkowitz (2009), com a necessária cooperação entre o Estado, a Indústria (Empresários) e a Universidade (centros de pesquisa e desenvolvimento). A combinação integrada desses três conjuntos triangulares, de forma sistêmica, constitui-se no constructo de Governança Inovadora e de Desenvolvimento Sustentável Territorial (BÜTTENBENDER, 2014).

Os desafios indicam na repercussão do constructo proposto na dinâmica de gestão do desenvolvimento de territórios e a gestão eficaz, eficientes e efetiva de empreendimentos cooperativos, na ótica direcionada à sustentabilidade ambiental, o que é melhor detalhada na seção seguinte.

Gestão e sustentabilidade ambiental em cooperativas de crédito

As cooperativas, pela sua natureza, são organizações baseadas na economia social e tem na sustentabilidade ambiental, econômica e social um de seus princípios fundamentais. O cooperativismo, em seus distintos ramos, destacando o crédito e, em particular o Sicredi, tem incorporado o tema da sustentabilidade de longa data, antes mesmo de tomar a forma atual no mundo empresarial e da sociedade. A sustentabilidade passa pelos fundamentos da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Uma instituição é sustentável quando gera resultado econômico, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a qualidade de vida das pessoas com as quais interage, equilibrando resultados financeiros com o desenvolvimento de comunidades. É uma instituição financeira cooperativa que valoriza a vocação econômica das regiões, cria oportunidades de negócios e promove o desenvolvimento dos seus associados.

Na construção da sua visão de sustentabilidade, o Sicredi partiu do pressuposto de que as cooperativas, pela sua forma e natureza jurídica própria e em razão dos seus princípios, já têm a sustentabilidade na essência, pois trabalham para o desenvolvimento econômico e social. Assim se define que o nome da Cooperativa Sicredi União (RS) é muito mais que um nome fantasia, uma vez que União representa a sustentabilidade de um empreendimento focado no crescimento das pessoas e das comunidades.

Tachizawa (2005) indica que uma instituição financeira se caracteriza como uma organização tipicamente de baixo impacto ambiental, observando-se sua operacionalidade. Porém, assume um relevante impacto como agente de crédito, a partir do financiamento de projetos de alto impacto ambiental. Como expressam Lins e Wajnberg (2007), o papel das instituições financeiras voltado ao tema do desenvolvimento sustentável está na sua capacidade de sensibilização e de indução a mudanças e transformações a partir das suas políticas de crédito.

Esty e Winston (2008) mencionam que os líderes ambientais que veem os negócios sob a ótica do meio ambiente encontram oportunidades de reduzir custos e riscos, além de aumentara receita. Essas estratégias geram um novo tipo de vantagem competitiva sustentável chamada de ecovantagem: utilização de um processo ecologicamente correto para gerar lucro, obtendo vantagens monetárias diretas, como a utilização de matéria prima sustentável, até vantagens indiretas, como melhoria na visibilidade da marca.

Segundo Mattarozzi e Trunkl (2007), o conceito de sustentabilidade nas instituições financeiras remete à necessidade de elas integrarem a perspectiva sustentável a sua própria missão e estratégias, adotando critérios socioambientais além dos econômico-financeiros. Para Tosini (2006), o sistema financeiro é um dos principais agentes do desenvolvimento econômico e não pode ficar à margem dos problemas ambientais, pois, além da consciência da sociedade, o arcabouço legal em relação ao meio ambiente também atinge essas instituições. Reforça também que as instituições estão expostas a riscos que podem trazer prejuízos relevantes, comprometer a saúde financeira e sua própria continuidade. Complementa que o risco ambiental para as instituições financeiras é o risco de dano ao meio ambiente causado por qualquer atividade econômica. A inserção do conceito de sustentabilidade nos negócios impõe um novo paradigma entre os fatores econômicos, sociais e ambientais das organizações. Para Mattarozzi e Trunkl (2007), as empresas precisam avaliar corretamente em que ponto estão e em que ponto querem chegar ao que diz respeito à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável. As repercussões da sustentabilidade no mundo dos negócios demonstram ser a tendência em várias áreas de estudo quem retira os primeiros frutos da oportunidade e, apesar do custo dos investimentos iniciais, fortalece a marca da empresa no presente e acumula benefícios com menor esforço no futuro.

METODOLOGIA

A pesquisa que deu origem a este capítulo caracteriza-se como exploratória, descritiva e estudo de caso Yin (2001). A pesquisa exploratória, aplicada com a finalidade de conhecer e explorar mais sobre o assunto. A pesquisa descritiva foi utilizada para descrever os dados e resultados do estudo. O estudo de

caso justifica-se pelo estudo das práticas e inovações do Sicredi, especialmente na UA de Santo Ângelo do Sicredi União. Os fundamentos da pesquisa quantitativa e qualitativa oportunizam quantificar os dados e aplicar alguma forma de análise estatística, complementada com a análise qualitativa das abordagens (LAKATOS; MARCONI, 2007; MALHOTRA, 2001).

Quanto aos meios, a pesquisa foi documental, bibliográfica e exploratória e de campo (GIL, 2002). A temática que a norteou foi o de estudar a política de sustentabilidade no Sicredi União RS, mapeando práticas de sustentabilidade desenvolvidas na Unidade de Atendimento de Santo Ângelo, contribuindo com a difusão de tais práticas no Sicredi e na própria sociedade. Para tanto, após a revisão conceitual e bibliográfica, a coleta de dados de campo, realizada no final do ano de 2015, foi baseada em um levantamento dos documentos e registros da cooperativa, que fundamentam e definem suas políticas de sustentabilidade, os registros, relatórios e outros demonstrativos impressos ou integrantes da intranet a cooperativa. Foram mapeados práticas, projetos e ações desenvolvidos na área da sustentabilidade. Contemplou-se a descrição detalhada dos principais projetos, com a finalidade de explorar de forma mais aprofundada as ações e os resultados das iniciativas de sustentabilidade praticadas na cooperativa.

A sistematização dos dados e o tratamento estatístico, juntamente com as descrições qualitativas, foram orientados pelos objetivos do estudo. A análise e interpretação consideraram também os referenciais conceituais e as abordagens sistêmicas e integradas da temática, produzindo os resultados pretendidos.

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A apresentação de resultados contempla a caracterização da organização do objeto do estudo de caso, com destaque para a agência objeto de estudo. Em prosseguimento, a descrição da Política de Sustentabilidade do Sicredi e adicionada a relação de projetos e ações em desenvolvimento e a proposição de outros para serem objeto de análise e possível implantação.

O cooperativismo de crédito e o sistema Sicredi

O Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) é o precursor da retomada, em 1980, do crescimento do cooperativismo de crédito brasileiro e da organização sistêmica, alicerçado na padronização administrativa e operacional. A precursora no cooperativismo brasileiro, o cooperativismo de crédito no Rio Grande do Sul iniciou no ano de 1902, com a fundação da primeira cooperativa de crédito, atualmente denominada como Cooperativa Sicredi Pioneira.

O sistema Sicredi é composto por quatro cooperativas centrais, confederação, banco cooperativo e empresas controladas (administradora de cartões, administradora de consórcios, administradora de bens e corretora de seguros), com atuação de forma integrada, que proporciona ganhos de escala, fortalecimento da marca e maior competitividade. Opera atualmente com 98 cooperativas de crédito, mais de 1.330 pontos de atendimento em 11 estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Pará, Rondônia, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro) e 17.870 colaboradores.

Possui como missão valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade em geral. Sua visão é ser reconhecida como instituição financeira cooperativa, comprometida com o desenvolvimento econômico e social dos associados e das comunidades, com crescimento sustentável das cooperativas, integradas em um sistema sólido e eficaz. Os valores do Sistema Sicredi são: preservação irrestrita da natureza cooperativa do negócio; respeito à individualidade do associado; valorização e desenvolvimento das pessoas; preservação da instituição como sistema; respeito às normas oficiais e internas; eficácia e transparência na gestão.

Os referenciais estratégicos definidos e a estrutura de liderança e gestão do Sistema se estendem para todas as cooperativas que a integram. Dessa maneira, são adotados mecanismos de gestão integrada e de controle compartilhados, valorizando a dinâmica de sistema e fortalecendo e ampliando a sustentabilidade o próprio cooperativismo a partir da intercooperação.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul – Sicredi União RS

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul – Sicredi União RS foi fundada no ano de 1913, em Cerro Largo, RS. Nessa trajetória, há mais de 100 anos, a cooperativa é resultado de um processo de fusão ocorrida no ano de 2010, abrangendo três cooperativas: Sicredi Serro Azul RS, Sicredi Missões RS e Sicredi Grande Santa Rosa, prevalecendo a razão social o nome da primeira e mais antiga, expresso pelo nome fantasia de Sicredi União RS. Atualmente abrange 39 municípios, com 42 pontos de atendimento e aproximadamente 600 colaboradores, atendendo uma área total de 20.481 Km², população total de 452.739 habitantes, dos quais 123.426 são associados da cooperativa. Representa aproximadamente 27% de participação da população cooperativada na região. Essa média é bem superior à média nacional, que é de apenas 5,1%. A sede administrativa da Sicredi União RS está localizada em Santa Rosa, RS. A Agência de Santo Ângelo, que é especificamente a referência do estudo apresentado neste capítulo, teve sua origem na Cooperativa de Crédito Rural Santo Ângelo Limitada (CREDISA), fundada em 15.05.1981 por 24 sócios fundadores. A Agência, atualmente com 34 anos, possui 27 colaboradores, 6500 associados (8,23% da população de Santo Ângelo), tem como função atender as necessidades dos associados, mediante a realização das operações de natureza financeira, prestação dos serviços demandados e o relacionamento com o quadro social e comunidade.

A Política de Sustentabilidade do Sicredi

Para a elaboração da Política de Sustentabilidade do Sicredi (SICREDI, 2016), foi utilizado o conceito de sustentabilidade proposto pela abordagem *triple bottom line* (ELKINTON, 1998), expressão que reúne simultaneamente os resultados econômico, social e ambiental. Assim define que uma instituição sustentável é aquela que gera resultado econômico, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a qualidade de vida das pessoas com as quais interage. A escolha desta abordagem está alicerçada nos princípios do Cooperativismo, que preveem a satisfação das necessidades econômicas em equilíbrio com as sociais. Isso fica ainda mais claro no sétimo princípio, o do interesse pela Comunidade.

A Política de Sustentabilidade do Sicredi (SICREDI, 2016) visa gerar diretrizes para explicitar as boas práticas sustentáveis desenvolvidas pelo Sicredi e aprimorar sua atuação, além de procurar envolver cada vez mais seu público de relacionamento: associados, dirigentes, colaboradores, parceiros, fornecedores e sociedade em geral. São objetivos específicos desta Política: I. Constituir e regulamentar o Comitê de Sustentabilidade e seus Subcomitês; II. Ratificar o 7º Princípio do Cooperativismo – Interesse pela Comunidade: as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades; III. Assegurar o engajamento dos públicos de relacionamento do Sicredi com as práticas de Sustentabilidade; e IV. Incentivar a criação/adequação de processos, produtos e serviços, alinhados ao conceito de Sustentabilidade.

A sustentabilidade é um pilar da governança do Sicredi, envolvendo todos os seus públicos de relacionamento. Logo, todos os processos, produtos e serviços devem tomar por base o conceito de sustentabilidade, inserindo-o em suas políticas, orientações e regulamentos específicos. O Sicredi instituiu um Comitê de Sustentabilidade, que acompanha, sugere, monitora, promove e divulga os projetos relacionados à sustentabilidade. Após análise deste Comitê, os projetos são apresentados para a Diretoria.

As diretrizes de sustentabilidade do Sicredi visam à efetiva implantação desta Política, alinhados às necessidades do Sicredi quanto aos associados, dirigentes, gestores, colaboradores, parceiros, fornecedores e à sociedade. Quanto aos associados, eles devem participar dos projetos de educação, cultura e esporte, desenvolvidos e/ou acompanhados pela Fundação Sicredi e participar das ações de sustentabilidade promovidas pelo Sicredi. Os dirigentes devem liderar a implantação desta Política e fomentar as ações de sustentabilidade junto aos associados.

Diante da Política de Sustentabilidade existem dois principais desafios a serem trabalhados: incorporar continuamente a sustentabilidade nos processos de gestão da organização e relacionar as ações de sustentabilidade aos objetivos profissionais dos colaboradores, participando de ações de sustentabilidade promovidas pelo Sicredi na sociedade.

O acompanhamento da efetiva implantação desta Política se dá pela evolução do Sicredi frente aos relatórios anuais com os indicadores do Protocolo Verde e do GRI, sendo que as ações são registradas no Relatório de Sustentabilidade do Sicredi, passível de auditoria.

Propostas de projetos e ações a serem adotadas na agência de Santo Ângelo e toda a cooperativa

Frente ao estudo, são apresentadas proposições visando à sustentabilidade, agrupadas em duas dimensões: as propostas de projetos e ações que poderão ser implementadas, de forma direta e operacional, a curto e médio prazo na agência de Santo Ângelo; a segunda dimensão envolve a gestão de toda a cooperativa e do seu negócio.

Quanto às propostas de projetos e ações diretas na agência de Santo Ângelo, são relacionadas: separação do lixo; descarte do lixo para empresa reciclável; gerenciamento de consumo de papel; separação de folhas em caixas com nomenclatura “utilizadas” e “para reutilização”; compra de papel reciclável; gerenciamento do consumo de materiais de expediente; doação de um copo de acrílico para cada colaborador; reaproveitamento da água da chuva; adequação das pias e dos vasos sanitários na agência; inserção de energia solar; realização de campanhas semestrais de arrecadação de material escolar; realização de campanhas semestrais de arrecadação de alimento; realização de campanhas semestrais de arrecadação de agasalhos e outras roupas de inverno; criação de projeto que realiza doações de mudas de árvore para incentivar o reflorestamento; análise da eficiência energética dos computadores da agência; análise do parque de impressoras e demais equipamentos da agência; realização de descarte do lixo eletrônico; introdução de um bicicletário (estacionamento para bicicletas) para colaboradores e associados; inserção papa-pilhas na agência; introdução de luminárias de led, entre outros.

Quanto à dimensão voltada para a sustentabilidade e que envolve a gestão de toda a cooperativa e do seu negócio, são relacionadas: traduzir as proposições anteriormente relacionadas às demais agências, à superintendência regional e aos espaços de gestão da cooperativa Sicredi União RS e até para o Sistema Sicredi; estudar mecanismos para aprimorar os sistemas de avaliação das concessões de crédito, contendo mais explicitamente a variável da sustentabilidade para além das exigências legais dos licenciamentos ambientais; ampliar e aprimorar os programas de sensibilização e educação cooperativa para associados e colaboradores, voltados mais explicitamente para a sustentabilidade ambiental, juntamente com a sustentabilidade social e econômica; ampliar espaços de

parceria e de intercooperação com as demais cooperativas, visando abranger os demais sistemas cooperativos e a própria sociedade, contribuindo com a sustentabilidade da vida e do planeta, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços e as transformações na sociedade e no sistema cooperativo, que geram oportunidades e desafios para a sustentabilidade ambiental, econômica e social do sistema cooperativo e da sociedade, indicam o aprimoramento contínuo de políticas, programas, gestão, projetos e ações da área. Temáticas que ampliam sua importância na sociedade e demais organizações e dentre as quais se destaca a sustentabilidade, que está inserida desde a gênese do cooperativismo e se expressa a partir de seus próprios princípios.

As cooperativas, como publica Büttenbender (2011), são reconhecidas, além da sua organização própria sustentada na economia social, como efetivos agentes e instrumentos de desenvolvimento e, a partir de maior inserção, investimentos e educação voltados para a sustentabilidade, geram aportes ainda mais determinantes para a sustentabilidade ambiental, econômica e social das cooperativas e da própria sociedade.

Os objetivos propostos para o estudo foram alcançados. A partir desta pesquisa, novas temáticas e questões podem ser formuladas para serem explorados em estudos futuros, por exemplo: quais políticas, programas e projetos poderão ser estimulados a partir dos avanços produzidos com a ênfase da temática da sustentabilidade? À luz do constructo de Governança Inovadora e de Desenvolvimento Sustentável Territorial de Büttenbender (2014), mapear iniciativas estratégicas que possam contribuir para ampliar a intercooperação e valorizar os demais princípios cooperativos? Quais aportes poderiam ser gerados pelas cooperativas, visando à constituição de um ecossistema inovadora e empreendedor no território do noroeste gaúcho, visando a geração de novas oportunidades de trabalho e renda, de agregação de valor e a promoção crescente do desenvolvimento sustentável?

A temática da sustentabilidade, com os resultados apresentados neste capítulo, não se esgota. Ao problematizá-la, seja no ambiente cooperativo ou nas demais organizações, aduz a crescente importância de pesquisar e estudar temas

diretamente implicados com a dimensão empírica, aproximando a pesquisa, a universidade e as demais organizações e gerando a maior e melhor socialização de resultados dessas pesquisas e da socialização das demais dimensões da ciência e tecnologia.

Este capítulo buscou cumprir com a missão de contribuir com a pesquisa-ação e, a partir da exploração deste estudo de caso, gerar aportes que contribuam com o fortalecimento do cooperativismo, o desenvolvimento da sociedade e a sustentabilidade da vida e do planeta.

REFERÊNCIAS

- BÜTTENBENDER, P. L. (Org.). **Cooperativismo na Região Nordeste do Rio Grande do Sul: experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento**. Porto Alegre: Sescop/RS, 2010.
- BUTTENBENDER, P. L. **Gestão de Cooperativas: Fundamentos, Estudos e Práticas**. Ijuí: Unijuí, 2011.
- BÜTTENBENDER, P. L. **Prácticas innovadoras de gestión del desarrollo de región de frontera: el caso de la Región del Noroeste del Estado do Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado em administração. Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Misiones, Posadas/MI/Argentina. 2014.
- CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ELKINGTON, John. **Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**, Stony Creek, CT: New Society Publishers, 1998.
- ESTY, D. C.; WINSTON, A. S. **O verde que vale ouro: como empresas inteligentes usam a estratégia ambiental para inovar, criar valor e construir uma vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 347 p.
- ETZKOWITZ, Henry. **Hélice Tríplice: universidade-indústria-governo: inovação em ação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- JULIEN, Pierre André. A. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

LINS, C; WAJNBERG, D. **Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para Desenvolvimento Sustentável, 2007.

LOUETTE, A. (Org.). **Gestão do conhecimento**: compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental. São Paulo: Antakarana Cultura Arte e Ciência, 2007. 187 p.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARINHO, M. M. O. A sustentabilidade, as corporações e o papel dos instrumentos voluntários de gestão ambiental: uma reflexão sobre conceitos e perspectivas. **Bahia Análise & Dados**, v. 10, n. 4, p. 342-349, 2001.

MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C. **Sustentabilidade dos negócios no setor financeiro**: um caso prático. São Paulo: Annablume; Brasília: BNDES, 2007.

MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C. **Sustentabilidade no setor financeiro**: gerando valor e novos negócios. São Paulo: SENAC, 2008. 157 p.

O'RIORDAN, T.; VOISEY, H. The political economy of the sustainability transition. In: **The Transition to Sustainability**: the politics of agenda 21 in Europe. London: Earthscan. 1998. p. 3-30.

PAGNUSSAT, A. **Guia do Cooperativismo de Crédito**: organização, governança e políticas corporativas. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2004.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SCHARDONG, A. **Cooperativa de crédito**: instrumento de organização econômica da sociedade. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SERAGELDIN, I. The fortune at the bottom of the pyramid. In: **Finanças e Desenvolvimento**, 1993. p. 6-10.

SICREDI. **Política de Sustentabilidade do Sicredi RS**. Disponível em: http://www.sicredi.com.br/websitesicredi/upload/files/19299_Política_de_Sustentabilidade_Sicredi.pdf. Acesso em: 26 nov. 2016.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005. 427 p.

TOSINI, M. F. C. **Risco ambiental para as instituições financeiras**. São Paulo: Annablume, 2006. 192 p.

WELFORD, R. J. **Hijacking Environmentalism**: corporate responses to sustainable development. London: Earthscan, 1997. 224 p.

WILHELM, Elemar José; SCHNEIDER, José Odelso. **O primeiro CENTENÁRIO de um SONHO**. Santa Rosa, 2013, 298 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.